



Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

Arrecadação federal: pouca margem de manobra

Receitas previdenciárias sustentam a arrecadação federal no 1º trimestre, mas a margem para benefícios setoriais diminui.

No 1º trimestre de 2009 a receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 155,6 bilhões, perda de R\$0,9 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado. A receita previdenciária (contribuições sobre a folha de pagamento) foi de R\$ 45 bilhões, mais de 10% superior à do mesmo período do ano passado, compensando as perdas no trimestre com a concessão de benefícios fiscais. PIS e Cofins apresentaram, no entanto, queda expressiva.

Benefícios fiscais para combater a crise

A desoneração tributária tornou-se um dos instrumentos mais utilizados no combate à crise econômica. O quadro a seguir mostra os principais benefícios concedidos até o momento.

Expediente

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 11. Quinta-feira, 14 de maio de 2009.

Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador), Aurélio Guimarães Cruvinel e Palos, Luiz Humberto Veiga e Murilo Rodrigues da Cunha Soares.

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

TRIBUTO	MEDIDA	PERDA (R\$ milhões)	
		2009	
		ANO	1º TRIM
IR	Reajuste da tabela e criação de alíquotas intermediárias	5.601	1.287
	Redução de alíquota para empreendimentos imobiliários	238	-
IPI	Redução até março da alíquota para veículos de até 2 mil cilindradas	1.170	1.170
	Redução até março da alíquota sobre caminhões	260	260
	Prorrogação até junho da redução de alíquota para veículos	895	-
	Prorrogação até junho da redução de alíquota para caminhões	194	-
	Extensão do <i>drawback</i> verde-amarelo (isenção sobre insumos usados na produção de bens exportados) para produtos agrícolas	341	71
	Redução da alíquota por três meses para produtos da linha branca	173	-
	Redução da alíquota para materiais de construção	287	-
	Inclusão de novos materiais de construção na lista de produtos com alíquota reduzida	88	-
	IOF	Redução de 50% da alíquota em operações de crédito para pessoas físicas	2.519
Redução de alíquotas em financiamentos para motos		237	53
Redução a zero da alíquota sobre investimentos estrangeiros		329	73
COFINS	Redução por três meses da alíquota para motocicletas de até 150 cilindradas	70	70
TOTAL		12.401	3.545

Fonte: EBC - AGÊNCIA BRASIL. Elaboração própria para a perda do 1º trimestre de 2009.

A despeito da crise econômica e da desoneração de tributos, em valores correntes, a receita administrada pela Receita Federal praticamente se manteve nos níveis do 1º trimestre de 2008.

A tabela a seguir mostra o bom desempenho das receitas previdenciárias, quase compensando a queda de mais de 5% dos demais tributos. Ressalte-se também:

- a forte queda do IPI-Automóveis, motivada pela redução das alíquotas do imposto;
- a discreta redução do IOF, apesar do corte à metade das alíquotas sobre as operações de crédito das pessoas físicas;
- a extinção da cobrança da CPMF;
- a desoneração da Cide-Combustíveis para amortecer o impacto da elevação dos preços internacionais do petróleo sobre a inflação interna;
- a perda de arrecadação do PIS e da Cofins, embora essas contribuições não tenham sido objeto de desoneração expressiva após a crise.

VALORES CORRENTES (R\$ MILHÕES)	1º TRIM 2009	1º TRIM 2008	DIFERENÇA	
			VALOR	%
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	4.289	3.594	695	16,2%
I.P.I-TOTAL	6.808	8.947	(2.139)	-31,4%
I.P.I-FUMO	800	798	2	0,3%
I.P.I-BEBIDAS	628	660	(32)	-5,1%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	125	1.386	(1.261)	-1008,4%
I.P.I-VINC. À IMPORTAÇÃO	2.226	2.091	135	6,1%
I.P.I-OUTROS	3.028	4.012	(984)	-32,5%
IMPOSTO RENDA-TOTAL	48.591	48.153	438	0,9%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	1.727	2.202	(474)	-27,5%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	23.037	25.050	(2.013)	-8,7%
ENTIDADES FINANCEIRAS	4.322	6.013	(1.691)	-39,1%
DEMAIS EMPRESAS	18.715	19.037	(322)	-1,7%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	23.826	20.902	2.925	12,3%
I.R.R.F-REND. TRABALHO	14.160	13.180	980	6,9%
I.R.R.F-REND. CAPITAL	5.182	4.244	939	18,1%
I.R.R.F-REND. EXTERIOR	3.007	2.156	851	28,3%
I.R.R.F-OUTROS REND.	1.477	1.322	155	10,5%
IOF	4.253	4.476	(223)	-5,2%
ITR	27	31	(4)	-14,8%
CPMF	62	926	(864)	-1399,9%
COFINS	24.924	28.149	(3.224)	-12,9%
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.429	1.517	(88)	-6,2%
DEMAIS EMPRESAS	23.496	26.632	(3.136)	-13,3%
PIS/PASEP	6.971	7.498	(527)	-7,6%
ENTIDADES FINANCEIRAS	270	300	(30)	-11,1%
DEMAIS EMPRESAS	6.701	7.198	(497)	-7,4%
CSLL	12.843	11.071	1.772	13,8%
ENTIDADES FINANCEIRAS	3.115	2.352	762	24,5%
DEMAIS EMPRESAS	9.728	8.718	1.010	10,4%
CIDE-COMBUSTÍVEIS	116	1.984	(1.867)	-1605,0%
FUNDAF	64	60	4	6,3%
OUTRAS REC. ADMINISTRADAS	1.678	1.343	336	20,0%
SUBTOTAL [A]	110.627	116.231	(5.604)	-5,1%
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	45.001	40.307	4.694	10,4%
PRÓPRIA	39.762	35.665	4.097	10,3%
DEMAIS	5.239	4.642	596	11,4%
REC. ADMINI. RFB [C]=[A]+[B]	155.628	156.538	(911)	-0,6%

Fonte: Receita Federal.

Se a arrecadação federal fosse recomposta, levando-se em consideração as perdas decorrentes da concessão dos benefícios tributários (R\$3,5 bilhões), da extinção da CPMF (R\$0,86 bilhões) e do virtual fim da cobrança da Cide-Combustíveis (R\$1,8 bilhões), a receita administrada pela RFB no 1º trimestre de 2009 teria se elevado em quase 3% em valores correntes, percentual reduzido para 1,8%, caso fosse desconsiderada também a

diferença do ajuste do IRPJ e CSLL (R\$1,7 bilhões), recolhimento que se refere ao lucro do exercício anterior.

A má notícia é a expressiva queda do PIS e da Cofins. Praticamente todos os setores empresariais solicitam a concessão de incentivos fiscais relativamente a essas contribuições sociais. Mas a perda de R\$3,7 bilhões só no 1º trimestre deixa muito pouco espaço de manobra, afinal o PIS financia o Seguro-Desemprego, que se elevará com o aumento da taxa de desemprego, e a Cofins é uma das principais fontes da Saúde Pública, já que sofreu a perda da CPMF e incorrerá em despesas extraordinárias com a Gripe Tipo A.

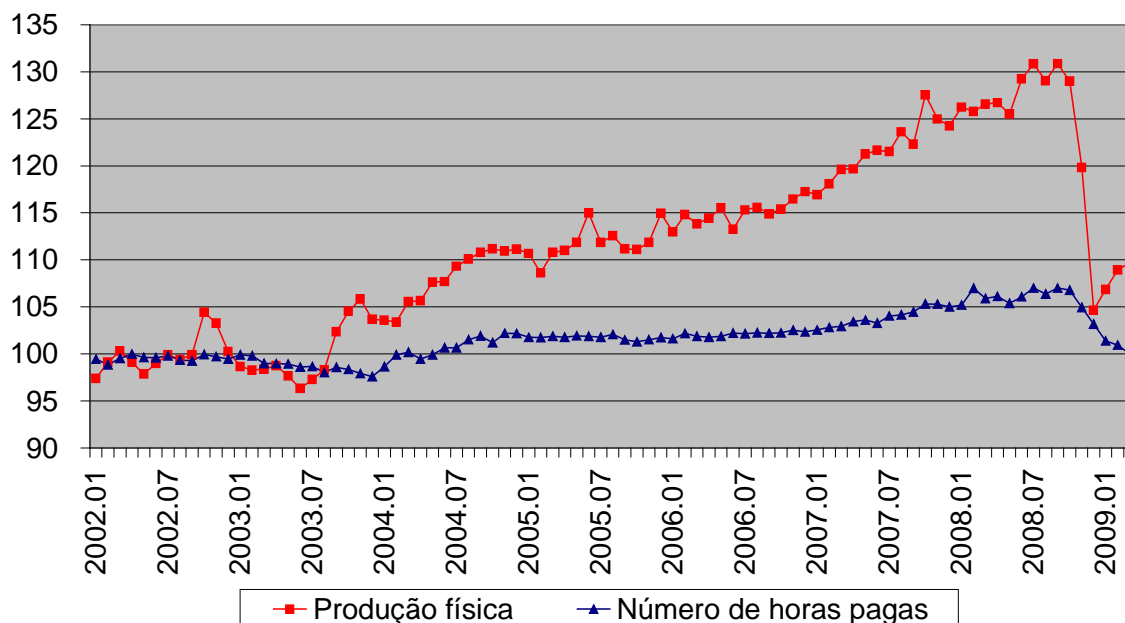
Emprego e Salário na Indústria recuam

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário do IBGE revelou que o número de horas pagas e o pessoal ocupado assalariado recuaram em março/2009, respectivamente, 0,9 e 0,6%, com ajustes sazonais.

A queda de produtividade após a crise já obriga as empresas a efetuarem cortes na folha de pagamentos – decréscimo de 2,5% na comparação entre março e fevereiro deste ano. Apesar de a produção física ter diminuído quase 15% desde outubro/2008, a redução do número de horas pagas foi de pouco mais de 6%.

O gráfico abaixo revela o comportamento tanto da produção física quanto do número de horas pagas: como podemos ver, a produção física, após a queda forte no último trimestre de 2008, já mostra sinais de recuperação em 2009. Por outro lado, as horas pagas começam a acentuar sua tendência de declínio. Assim, é de se esperar que novos cortes de pessoal possam ocorrer na indústria nos próximos meses, a menos que o crescimento da produção se acelere a ponto de retomar os níveis de produtividade pré-crise.

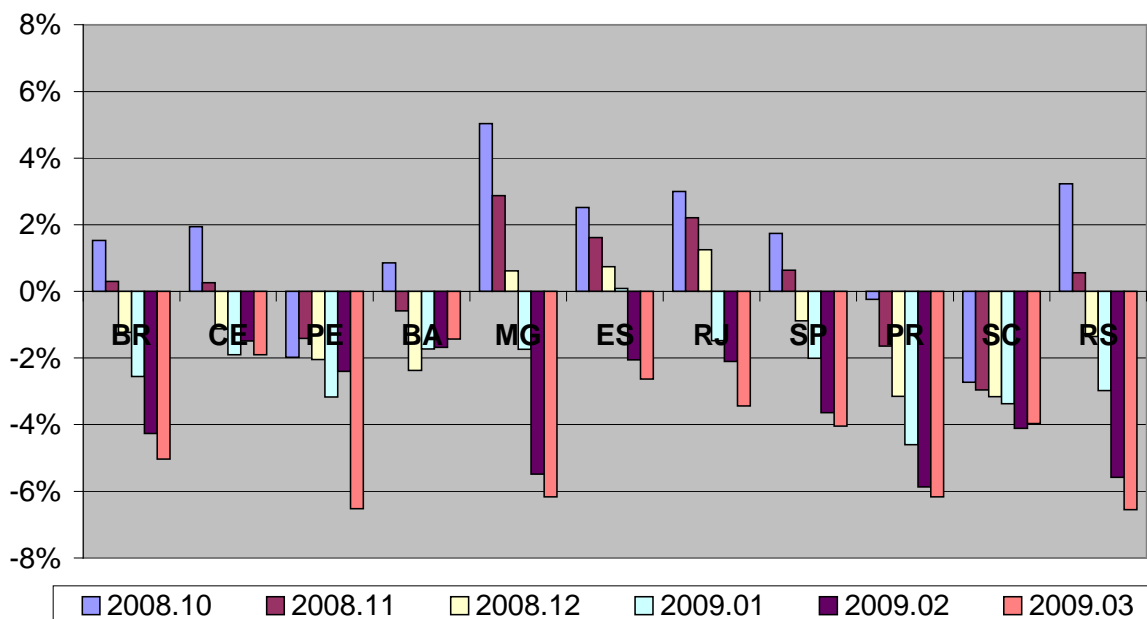
Produção x Emprego - Indústria Geral - dados dessazonalizados



Produção e emprego industrial nos Estados.

Em termos regionais, a redução do emprego foi maior nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, todos com quedas superiores a 6%. Até o mês de março, o impacto da crise sobre o mercado de trabalho na indústria se mostrava mais intenso nas Regiões Sudeste e Sul, principalmente em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Pessoal ocupado assalariado - variação nos últimos 12 meses



Quanto à produção física, os Estados do Nordeste vêm apresentando desempenho acima da média nacional. Por outro lado, a indústria nas Regiões Sudeste e Sul tem sofrido os maiores impactos, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Os segmentos que mais contribuíram para a queda da produção em março de 2009 foram:

- em Minas Gerais, metalurgia básica (-36%), indústria extrativa (-41%) – sobretudo a de minério de ferro –, veículos automotores (-11,8%), máquinas e equipamentos (-29,6%) e produtos de metal (-32,0%);
- no Espírito Santo, metalurgia básica (-48%), indústria extrativa (-41%) e celulose e papel (-30%);
- no Rio Grande do Sul, máquinas e equipamentos (-34%), calçados e artigos de couro (-25%) e veículos automotores (-21%).

Aumento de receitas e produção com redução de número de horas pagas: um paradoxo?

Não.

Uma explicação plausível para este efeito pode ser o aumento real expressivo do salário mínimo.

Convém lembrar ainda que em 2008 o novo salário mínimo vigorou a partir de março. Como as contribuições previdenciárias são recolhidas no mês seguinte ao do pagamento dos salários, a arrecadação do 1º trimestre de 2008 não sofreu influência do salário de R\$ 415,00 vigente para o ano passado. No 1º trimestre de 2009, a arrecadação de março já sofreu o impacto do aumento do salário mínimo para R\$ 465,00.

Quanto à produção, a redução do número de horas pagas vem ocorrendo após a queda abrupta verificada no final de 2008. Mesmo com o início de recuperação da produção ocorrido em 2009, ainda não se restabeleceu o patamar pré crise, o que deve explicar parcialmente o ajuste do número de horas pagas e do emprego. Além disso, a rigidez do mercado de trabalho, sobretudo no setor industrial, pode explicar a defasagem desta redução.